



PROJETO DE LEI

Expediente PM 25/93

CM 48/93



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

LEI nº

Altera para dez anos, os prazos a que se referem os artigos, 18, letra b, 35 e 36 da Lei nº 903, de 10 de julho de 1978, que estabelece normas para a exploração do serviço de automóveis de aluguel.

GERSON VEIT, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º - São alterados para 10 (dez) anos os prazos de 7 (sete anos) a que se referem os artigos 18, letra b, 35 e 36 da Lei nº 903, de 10 de julho de 1978, alterados pela Lei nº 973, de 28 de abril de 1980.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 973, de 28 de abril de 1980.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

GERSON VEIT  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
S. SEBASTIÃO DO CAÍ
N.º 48/93
Rec. 10.4.93



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

A Lei nº 903, de 10 de julho de 1978, estabeleceu as normas para a exploração do serviço de automóveis de aluguel no Município.

Entre os 38 artigos que compõe a Lei, o art. 18, letra b, colocava como condição indispensável para a concessão de licença para o táxi, que o veículo a ser utilizado neste serviço, tivesse menos de 5 anos, incluído o ano de sua fabricação.

Em 1980, através da Lei nº 973, este prazo foi dilatado para 7 anos. Notava-se já naquela época uma imensa dificuldade para que o taxista trocasse seu veículo por um mais novo a cada período de cinco anos de uso de seu carro.

Com a recessão que vem enfrentando o setor de veículos de aluguel, motivada pela alta constante do preço dos combustíveis o que provoca o aumento das tarifas e diminui o número de passageiros, agravada ainda pelo alto custo dos veículos, muitos taxistas não estão conseguindo renovar sua licença, cumprindo o prazo de sete anos para o veículo, estabelecido em lei.

O anexo projeto de lei, aumenta este prazo para 10 anos. É preciso uma adaptação aos tempos difíceis que estamos enfrentando, argumentam os taxistas. Os veículos, mesmo com 10 anos de uso, se forem bem cuidados, oferecem plenas condições para o transporte de passageiros.

Na certeza de que os Senhores Vereadores entenderão as razões para esta mudança na legislação, peço a aprovação do anexo projeto de lei, em seus próprios termos.

GERSON VEIT  
Prefeito Municipal